

Código Cooperativo e Legislação da Economia Social

Edição coordenada por

ANTÓNIO REBELO ALMEIDA



NOVA CAUSA
EDIÇÕES JURÍDICAS

Código Cooperativo
e
Legislação da Economia Social

Título
**Código Cooperativo
e Legislação da Economia Social**

Coordenação
António Rebelo Almeida

Editor
NovaCausa
Edições Jurídicas

NOVA CAUSA
EDIÇÕES JURÍDICAS

Braga, Portugal
www.novacausa.net

ISBN
978-989-9026-36-0

Design
Vitor Duarte
vitorduartedesign.blogspot.com

Impressão e Acabamento
Manuel Barbosa & Filhos Lda

© 2022, fevereiro
NovaCausa, Edições Jurídicas

A reprodução, total ou parcial, desta obra, por fotocópia ou qualquer outro meio, mecânico ou electrónico, sem prévia autorização dos autores e do editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Código Cooperativo e Legislação da Economia Social

Edição coordenada por

ANTÓNIO REBELO ALMEIDA

Licenciado em Direito pela
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

NOVA CAUSA
EDIÇÕES JURÍDICAS

Índice

I – CÓDIGO COOPERATIVO	7
1 – Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto (Aprova o Código Cooperativo)	9
2 – Lei n.º 66/2017, de 9 de agosto (Primeira alteração à Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, que aprova o Código Cooperativo)	69
II – LEGISLAÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL	71
1 – Lei n.º 30/2013, de 8 de maio (Lei de bases da economia social)	73
2 – Decreto-Lei n.º 282/2009, de 7 de outubro (Cria a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social)	79
3 – Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto (Lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo)	91
4 – Decreto-Lei n.º 39/2017, de 4 de abril (Procede à 1ª alteração ao Decreto-Lei n.º 282/2009, de 7 de outubro)	135
5 – Lei n.º 12/2017, de 2 de maio (Altera a Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto)	141
6 – Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto (Aprova o Código das Associações Mutualistas)	143
7 – Decreto-Lei n.º 37/2019, de 15 de março (Clarifica o regime transitório de supervisão das associações mutualistas)	215
III – NORMAS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA RELATIVAS À ECONOMIA SOCIAL	219